- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu **Caderno de Provas**, caso haja item(ns) que avalie(m) **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "**Espaço livre**" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG4A1

Os trabalhadores atuais estão trocando cargos de liderança por tempo livre. Um estudo realizado por uma plataforma de análise de pessoal e planejamento de força de trabalho mostra que 91% dos profissionais liberais não querem se tornar gestores de pessoas em razão das expectativas de aumento de estresse e pressão ou simplesmente por satisfação com suas funções atuais.

Na pesquisa, que abrange profissionais de diferentes idades, observa-se que a tendência de equilibrar trabalho e qualidade de vida já é uma característica marcante na geração Z.

Uma das mudanças que marcam essa nova geração é a liberdade, tanto no mercado de trabalho quanto na economia. Os jovens de hoje sentem-se mais confortáveis, por exemplo, em deixar o emprego após dois meses de trabalho caso a oportunidade não esteja alinhada com seus gostos pessoais e seus desejos. Também estão mais confortáveis com a economia compartilhada, preferindo alugar carros e imóveis, em vez de comprá-los.

Para Marcelo Neri, professor da FGV Social, a geração Z, que abrange jovens atualmente com idade entre 14 e 29 anos, nasceu no começo da estabilidade econômica brasileira, o que pode justificar essa mentalidade mais ousada e desprendida. "A nova geração não viveu momentos de hiperinflação que eram comuns no país e que terminaram nos anos de 2010, em meio ao auge de economia", ele afirma.

Atualmente, o Brasil tem 50 milhões de jovens, o que, segundo Neri, corresponde à maior parcela populacional jovem que o país já teve, mas, segundo estudos da FGV, há expectativa de que, até o fim deste século, esse número caia para 25 milhões.

Por outro lado, a geração prateada, cujos integrantes estão hoje com mais de 70 anos, está crescendo no país. Marcelo Neri afirma: "Se olharmos os padrões de vida por idade hoje, veremos que a renda dos idosos é alta em decorrência de aposentadorias, o que promete ser diferente na terceira idade da geração Z. Do jeito como está, o sistema de previdência não será tão positivo e sustentável para eles".

O professor reforça que a expectativa relacionada à fragilidade do sistema previdenciário estimula ainda mais os jovens profissionais a olharem mais para o empreendedorismo e menos para as organizações e a pensarem mais em investimentos privados que em aposentadoria. Segundo ele, a geração Z é "uma população que buscará fazer a sua própria poupança e que vê na vida empreendedora ou no emprego mais flexível um futuro mais promissor".

Internet: <exame.com> (com adaptações).

Com base nas ideias do texto CG4A1, julgue os itens que se seguem.

1 De acordo com a pesquisa mencionada no início do texto, 91% dos funcionários liberais estão satisfeitos com suas funções atuais de trabalho.

2 É plausível inferir que a denominação "geração prateada" (primeiro período do sexto parágrafo) é motivada pela cor natural dos cabelos das pessoas que integram esse grupo.

3 Entende-se da leitura do texto que os jovens da geração Z se preocupam com a própria qualidade de vida.

4 O texto sugere implicitamente que a geração Z é predominantemente indolente, dada a sua falta de ambição por cargos de gestão.

5 As falas de Marcelo Neri presentes no texto evidenciam que, para ele, o modo como os jovens da geração Z lidam com o trabalho pode ter fundamento no contexto brasileiro em que se deram suas experiências de vida.

6 Infere-se do texto que, em poucos anos, a economia compartilhada, que se baseia no aluguel, na troca e no compartilhamento de produtos, deve sobrepor-se ao modo de economia atual, baseado na acumulação de bens.

Julgue os itens que se seguem, referentes ao vocabulário e à estrutura linguística do texto CG4A1.

7 A omissão da preposição "de" após "expectativa" (quinto parágrafo) prejudicaria a correção gramatical do texto.

8 A correção do texto seria mantida caso a vírgula empregada após "brasileira" (primeiro período do quarto parágrafo) fosse substituída por ponto final, feito o devido ajuste de letra inicial maiúscula no novo período.

9 Estaria preservada a correção gramatical do trecho "91% dos profissionais liberais não querem se tornar gestores de pessoas" (segundo período do primeiro parágrafo) caso ele fosse reescrito da seguinte forma: **91% dos profissionais liberais não almeja cargo de gestão de pessoas**.

10 A conjunção "mas" (quinto parágrafo) pode ser substituída no texto por **no entanto**, sem que isso promova incorreção gramatical ou prejudique a coerência das ideias do texto.

11 A palavra "já" (segundo parágrafo) é empregada no texto com o sentido de **imediatamente**.

12 No trecho "tanto no mercado de trabalho quanto na economia" (primeiro período do terceiro parágrafo), os termos "mercado de trabalho" e "economia" estão ligados por uma relação de comparação.

13 A supressão da vírgula empregada imediatamente antes da expressão "por exemplo" (segundo período do terceiro parágrafo) prejudicaria a correção gramatical do texto.

14 A reescrita do trecho "caso a oportunidade não esteja alinhada com seus gostos pessoais e seus desejos" (segundo período do terceiro parágrafo) como **caso a oportunidade não esteja em consonância com o que apreciam e desejam** manteria a coerência e a correção gramatical do texto.

15 A substituição do trecho "com idade entre 14 e 29 anos" (primeiro período do quarto parágrafo) por **na faixa etária de 14 à 29 anos** prejudicaria sua correção gramatical.

16 A substituição de "cujos" (primeiro período do sexto parágrafo) por **que os** preservaria a correção gramatical do texto, mas afetaria o seu grau de formalidade.

17 Entende-se das relações de sentido construídas no sexto parágrafo que o termo 'eles' (último período do sexto parágrafo) se refere aos indivíduos da geração Z que estarão futuramente na terceira idade.

18 No último período do texto, o trecho 'que buscará fazer a sua própria poupança' é uma oração substantiva que complementa sintaticamente o nome 'população'.

Com base nas normas legais que regem o processo administrativo, julgue os itens seguintes.

19 A validade da decisão coordenada decorrente do poder sancionador está condicionada à observância do princípio da concentração das instâncias decisórias.

20 A decisão de indeferimento de suspeição alegada em razão de suposta amizade íntima entre a autoridade administrativa responsável pela condução do processo administrativo e algum dos interessados é passível de recurso sem efeito suspensivo.

21 A legislação permite que o pronunciamento decisório da administração pública seja fundamentado com base em mera declaração de concordância com fundamentos constantes de parecer técnico e informações administrativas juntadas aos autos.

22 Em regra, a administração pública está autorizada a determinar, independentemente de qualquer justificativa específica, a obrigatoriedade de reconhecimento de firma em documentos apresentados pelos interessados em processo administrativo.

Julgue os itens a seguir, com base na Lei n.º 8.457/1992, que organiza a justiça militar da União, e no Regimento Interno do STM.

23 No STM, a oposição de embargos de declaração com intuito manifestamente protelatório suspende o curso do prazo para a interposição de outro recurso, sendo garantida ao embargante, nessa hipótese, a utilização apenas do prazo remanescente.

24 O STM possui competência originária para julgar pedido de representação para a decretação de indignidade de oficial ou de sua incompatibilidade para com o oficialato.

25 Durante o denominado estado de guerra, todos os julgamentos de competência da justiça militar junto às forças de operação devem ser realizados pelos conselhos de justiça militar, de modo que, na vigência dessa situação, inexiste atuação monocrática do juiz federal da justiça militar.

26 Compete ao oficial de justiça avaliador realizar o registro dos pronunciamentos contidos em sentenças e demais decisões dos conselhos de justiça e do juiz federal da justiça militar.

27 É possível a instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas em processo de competência originária do STM.

28 O Ministério Público militar, quando não atuar como parte, deve agir como fiscal da ordem jurídica em todos os processos e recursos de competência do STM.

Julgue os seguintes itens, considerando as regras estabelecidas nas Resoluções CNJ n.º 351/2020, n.º 400/2021 e n.º 401/2021.

29 As contratações sustentáveis de bens, serviços e obras, no Poder Judiciário, devem incluir, entre outras medidas, a verificação da rastreabilidade de insumos de madeira, a eficiência energética e o nível de emissão de poluentes e ruídos de veículos, máquinas e aparelhos consumidores de energia.

30 A adoção do desenho universal é regra obrigatória para a implementação de medidas de acessibilidade, sendo considerada prática ilegítima e injustificada, em qualquer hipótese, a utilização da denominada adaptação razoável.

31 Durante a tramitação de procedimento decorrente de notícia de assédio ou discriminação, deve ser suspensa a realização de prática restaurativa que envolva o fato apurado, de modo que não haja ingerência indevida na apuração dos fatos.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao estabelecido no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União (Lei n.º 8.112/1990).

32 Considere que um servidor público federal ocupante de cargo em comissão seja designado para exercer, interinamente, as funções de outro cargo de confiança, sem ser dispensado das atribuições do cargo que ocupa. Nessa hipótese, a acumulação de cargos é lícita, devendo o servidor optar por apenas uma das remunerações durante o período da interinidade.

33 Na hipótese de recondução decorrente de inabilitação em estágio probatório, caso o cargo anteriormente ocupado no serviço público federal se encontre provido, o servidor reconduzido deverá permanecer afastado, percebendo 50% da remuneração a que faria jus, até que ocorra a vacância do referido cargo.

34 De acordo com o STF, é inconstitucional previsão normativa que vede, de modo permanente, o retorno ao serviço público federal do servidor demitido com fundamento na prática de crime contra a administração pública.

Com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens a seguir, relativos ao exercício da cidadania e à ética no setor público.

35 Aquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática de ato de improbidade administrativa submete-se, no que couber, às disposições legais sobre as sanções aplicáveis em decorrência de tais condutas.

36 O agente público que percebe vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza pratica ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.

37 Todo cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo à moralidade administrativa.

38 Os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador se aplicam ao sistema de responsabilização pela prática de atos de improbidade administrativa.

À luz do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União, julgue os seguintes itens.

39 Inexistindo previsão legal em sentido diverso, o período de interdição para atividade incompatível com o cargo anteriormente exercido será de doze meses, contados da exoneração.

40 É vedado ao servidor da justiça militar da União manter sob sua subordinação hierárquica cônjuge ou parente, em linha reta ou colateral, até o 4.º grau.

41 Haja vista a natureza de suas atribuições, os servidores nomeados para o exercício dos cargos em comissão dos níveis CJ-1 a CJ-4 não se submetem às normas constantes do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União.

42 A fim de atender ao princípio da moralidade da administração pública, os servidores da justiça militar da União devem observar a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia, a conduta ética e a preservação do patrimônio, da honra e da tradição dos serviços públicos.

43 É vedado ao servidor da justiça militar da União aceitar presentes, exceto os oferecidos por autoridades estrangeiras nos casos protocolares em que houver reciprocidade.

44 É dever da autoridade investida na justiça militar da União opinar publicamente a respeito do mérito de qualquer questão que lhe seja submetida para decisão individual ou decisão em órgão colegiado.

Julgue os itens subsequentes, considerando as disposições do Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União.

45 Das decisões da Comissão de Ética da Justiça Militar da União cabe recurso, no prazo de cinco dias úteis contados da respectiva decisão.

46 O mandato dos membros da Comissão de Ética da Justiça Militar da União é de quatro anos, vedada a sua recondução.

47 A Comissão de Ética da Justiça Militar da União poderá aplicar aos servidores pena de censura, cuja fundamentação deverá constar do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência ao servidor responsabilizado pela falta ética.

48 A Comissão de Ética da Justiça Militar da União deve ser composta por servidores efetivos e estáveis, designados pelo presidente do STM, que nunca tenham sofrido punição administrativa, civil ou penal.

49 Os trabalhos desenvolvidos na Comissão de Ética da Justiça Militar da União são remunerados, sem prejuízo do registro, na ficha funcional do servidor, da prestação desse relevante serviço público.

50 Os procedimentos adotados para verificação da prática de condutas incompatíveis com o Código de Ética dos Servidores da Justiça Militar da União devem ter rito sumário e respeitar, sempre, as garantias do contraditório e da ampla defesa.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Acerca da aplicação da lei penal, julgue os itens que se seguem.

51 De acordo com a teoria que determina o tempo do crime, para efeitos penais, não se computa no prazo o dia em que este se inicia, incluindo-se, porém, o dia de seu vencimento.

52 Considere que uma nova lei penal que tenha sido publicada tenha deixado de considerar determinada conduta como crime. Nessa situação, a referida lei deverá ser aplicada a todos os fatos anteriores, mesmo que já tenham sido decididos por sentença condenatória já transitada em julgado.

53 No caso dos crimes "a distância", em que a ação delituosa ocorre em determinado local, mas o resultado é produzido em localidade diversa, o lugar do crime, para efeitos penais, em regra, é aquele em que ocorreu a ação ou omissão, independentemente do resultado.

54 Se uma lei excepcional ou temporária estiver vigente no momento da prática de um crime, ela será aplicada ao fato, ainda que ela tenha perdido sua vigência no momento do julgamento.

55 O ordenamento penal brasileiro, em regra, adota a teoria da atividade para determinar o momento do crime, sendo considerado praticado o crime no instante da conduta, seja esta comissiva ou omissiva, independentemente do momento em que se verifica o resultado.

Acerca dos crimes contra a pessoa, julgue os itens subsequentes.

56 Para a configuração do crime de perseguição, é suficiente a demonstração da conduta e de sua autoria e materialidade por uma única vez, não sendo necessária a reiteração do comportamento do agente.

57 A forma privilegiada do homicídio tem por natureza jurídica causa especial de aumento de pena.

58 No caso do homicídio culposo, no qual não existe conduta dirigida ao resultado morte, exige-se, para a caracterização do tipo penal, a prova cabal da culpa, reputada imprudente, negligente ou imperita.

Julgue os itens a seguir, referentes aos crimes contra a administração pública, contra o patrimônio e contra a fé pública.

59 De regra, por ser um título ao portador, o cheque não é elencado como documento público para efeitos penais, sendo sua falsificação tipificada sob o título de falsificação de documento particular.

60 Em qualquer uma das ações nucleares do crime de tráfico de influência, dispensa-se a prática de qualquer ato de funcionário público, circunstância irrelevante para a configuração do injusto penal.

61 Um objeto abandonado, ainda que de expressivo valor econômico, não pode ser considerado objeto de furto, mesmo que o indivíduo que o encontre não o restitua a quem posteriormente o reivindique.

62 A bilateralidade é indispensável para a configuração do crime de corrupção ativa, ocorrendo, simultaneamente, com a prática de corrupção passiva.

63 Um comerciante que adquire maquinário proveniente de crime de roubo, estando ciente da origem ilícita do objeto, e o utiliza em seu próprio negócio incorre no crime de receptação qualificada, ainda que a atividade comercial por ele desenvolvida seja lícita e legalmente regulamentada.

No que se refere à prova penal e ao que dispõe a legislação adjetiva, julgue os itens seguintes.

64 Conforme as circunstâncias em que se der a prisão, o condutor da prisão em flagrante pode ser um agente público ou um particular.

65 O juiz ou a autoridade policial poderá negar perícia requerida pelo autor do delito, mesmo em se tratando de exame de corpo de delito, quando a perícia não for necessária ao esclarecimento da verdade.

66 A recusa de assinatura do acusado no auto de prisão em flagrante deverá ser sanada quando da apresentação do preso na audiência de custódia, sob pena de nulidade a ser decretada no âmbito da ação penal.

67 À mulher em situação de violência doméstica e familiar é legalmente conferida prioridade na realização do exame de corpo de delito.

68 A ausência de testemunhas do crime impede a autuação em flagrante do suspeito, sendo necessária pelo menos uma testemunha para a lavratura do respectivo auto de prisão.

Acerca da análise de riscos na segurança de dignitários, julgue os próximos itens.

69 Danos e perdas na segurança de dignitários abrangem exclusivamente os prejuízos físicos sofridos pelo protegido.

70 O diagnóstico da análise de risco deve ser construído a partir de um estudo criterioso do contexto, reunindo detalhes relevantes sobre os ambientes internos e externos frequentados pela pessoa, suas vulnerabilidades e potenciais ameaças; a ausência de informações suficientes compromete a validade de qualquer modelo de análise, tornando essencial o levantamento aprofundado de dados para a elaboração de um diagnóstico sólido e fundamentado.

71 A aplicação de métodos estruturados é essencial para uma análise de risco eficaz na proteção de dignitários.

A respeito do planejamento de contingências e do gerenciamento de crises, julgue os itens a seguir.

72 No planejamento de contingência, recomenda-se que os processos de proteção adotados estejam de acordo com os diferentes graus de risco identificáveis.

73 A ausência de planejamento específico para cada tipo de ameaça identificada caracteriza uma falha grave de segurança, ainda que observadas as medidas preventivas gerais em vigor.

No que concerne à segurança de pessoas no âmbito da proteção de dignitários, julgue os itens subsequentes.

74 A previsibilidade nas rotinas do dignitário é um fator de redução de vulnerabilidades, pois facilita o planejamento das ações de segurança.

75 Na segurança de dignitários, a ameaça pode ser definida tanto como um ato hostil deliberado quanto como um cenário de risco involuntário.

76 A proteção eficaz de dignitários depende menos da quantidade de agentes que da adequação das medidas preventivas ao risco identificado.

No que se refere à defesa pessoal na escolta de dignitários e ao uso diferenciado da força, julgue os itens subsecutivos.

77 Mesmo diante de uma ameaça classificada como severa, as medidas de proteção devem respeitar os princípios de necessidade e proporcionalidade.

78 Em observância ao princípio da ação antecipada, é autorizado o uso de técnicas letais de defesa pessoal diante de qualquer ameaça confirmada.

Em relação a armamento e tiro e à responsabilidade pelo uso da força, julgue os itens que se seguem.

79 A exibição da arma de fogo pelo agente de escolta é recomendada para inibir possíveis ameaças.

80 Em caso de disparo acidental durante a escolta, o agente de segurança só será responsabilizado se houver dano efetivo.

81 Ainda que esteja em ambiente controlado, o agente de segurança pessoal deve manter a arma acessível, de forma a poder utilizá-la em uma ação de neutralização rápida de uma ameaça à pessoa protegida.

Julgue os itens a seguir, que versam sobre primeiros socorros na segurança de dignitários.

82 Antes de iniciar qualquer atendimento emergencial de primeiros socorros, o agente deve garantir que o local esteja seguro para si e para o protegido.

83 A movimentação de autoridade inconsciente pode ser realizada de imediato, previamente à avaliação de seu estado geral, desde que a ação tenha a finalidade de proteger a vida da respectiva autoridade.

84 É desejável que a equipe de proteção a dignitários seja treinada na prestação de primeiros socorros para que, caso necessário, ela atue de forma imediata em prol da preservação da vida da autoridade até a chegada de suporte especializado.

No que diz respeito às técnicas, às táticas, à operacionalização, ao planejamento e à execução da segurança de dignitários, julgue os itens seguintes.

85 O planejamento da proteção pessoal baseado estritamente em protocolos descritivos de segurança é suficiente para garantir a eficácia da segurança de dignitários.

86 Em uma operação de segurança na qual tenha sido identificado risco extremo, a formação da cápsula de segurança poderá ser ampliada com veículos de apoio tático, desde que essa ampliação não comprometa a discrição e a fluidez da movimentação da equipe.

Considerando os fundamentos, princípios e definições de segurança orgânica, bem como planejamento de contingências, julgue os itens subsecutivos.

87 No que se refere à segurança corporativa estratégica no Poder Judiciário, o diagnóstico local, como perfil criminal e infraestrutura física, é autônomo e independe de adaptação às normativas nacionais.

88 Os protocolos e processos relacionados à segurança orgânica no Poder Judiciário devem ser periodicamente revisados, mesmo na ausência de incidentes significativos, e o gerenciamento de crises deve equilibrar transparência com salvaguarda de informações que possam comprometer investigações em andamento.

89 A segurança orgânica no Poder Judiciário prioriza a proteção física de instalações em detrimento da gestão de crises, ao passo que o planejamento de contingências incorpora protocolos específicos para documentos sigilosos durante emergências.

90 Inventário de ativos críticos, estrutura de comando unificada e fluxos decisórios hierárquicos são elementos obrigatórios no planejamento de contingências.

No que se refere à segurança da gestão das áreas e instalações, à segurança patrimonial, à identificação de vulnerabilidades e ameaças e à segurança da informação, julgue os próximos itens.

91 A identificação de vulnerabilidades em unidades judiciárias deve incluir a análise de rotinas operacionais, como horários de maior movimentação e fluxo de documentos.

92 Segundo a concepção contemporânea de segurança patrimonial no âmbito do Poder Judiciário, considera-se a identidade ontológica entre a proteção de bens corpóreos e a tutela de ativos informacionais.

93 Em unidades judiciárias, a gestão de segurança que prioriza investimentos em barreiras físicas em detrimento de programas contínuos de capacitação de servidores está em conformidade com as diretrizes nacionais.

94 A implantação de sistemas de circuito fechado de televisão com gravação em nuvem constitui a solução completa para a segurança perimetral em unidades judiciárias, o que torna prescindível o uso dos sistemas convencionais de barreiras físicas, considerados obsoletos atualmente.

95 A confidencialidade de dados no Poder Judiciário pode ser garantida pela combinação de criptografia com políticas de acesso hierarquizado.

Julgue os seguintes itens, referentes a prevenção e combate a incêndio e plano de evacuação.

96 Em incêndios de classe D, o método de extinção por abafamento é tecnicamente ineficaz, exigindo-se sempre sua combinação com resfriamento para metais combustíveis.

97 A NR-23 determina a instalação de extintores de classe K em todas as dependências de unidades judiciárias.

98 Exige-se, por norma, que a sinalização fotoluminescente em rotas de fuga mantenha, à ausência de luz artificial contínua, a visibilidade por 150 minutos.

99 A conduta preventiva mais eficaz para riscos de incêndio em arquivos judiciais é a pulverização quinzenal de retardantes de chama sobre os documentos físicos.

100 Em caso de princípio de incêndio em arquivos, o primeiro passo é tentar apagar o fogo com o extintor mais próximo, antes de acionar o alarme.

Acerca do serviço de inteligência e da qualidade no atendimento ao público, julgue os itens a seguir.

101 De acordo com o modelo clássico de processamento de informações, no ciclo de inteligência completo, a fase de análise antecede, obrigatoriamente, a etapa de direcionamento.

102 A técnica de *link analysis* aplicada à inteligência judiciária permite a identificação de relações ocultas entre investigados, mas carece de validade probatória em processos criminais.

103 Segundo o princípio da comunicabilidade no atendimento ao público judiciário, na adaptação da linguagem técnica à compreensão do usuário, deve-se preservar integralmente o conteúdo normativo essencial.

Durante plantão judiciário no tribunal de justiça, um agente da polícia judicial foi informado por servidores do setor de protocolo que um homem visivelmente alterado estava ameaçando, nas dependências do tribunal, outro cidadão devido a uma disputa ocorrida em audiência do juizado especial cível. O agente interveio, separou os envolvidos, conduziu-os à sala da supervisão e deixou o cidadão alterado sentado por 30 minutos "para refletir". Posteriormente, verificou-se que, além de ofensas verbais, o cidadão ameaçado sofrera lesão corporal leve.

Considerando a situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir.

104 Ao conduzir os envolvidos à sala da supervisão e manter um deles retido, o agente apenas exerceu seu poder discricionário, não tendo cometido abuso de autoridade.

105 Ao presenciar o fato típico, o agente da polícia judicial deveria ter elaborado termo circunstanciado e o encaminhado diretamente ao juizado especial criminal.

Durante o horário de atendimento em um tribunal, João, agente da polícia judicial, foi acionado para conter um conflito. Um advogado negro relatou que fora impedido por um colaborador terceirizado de utilizar o elevador social sob o argumento de que o equipamento "era para autoridades". João verificou que o mesmo colaborador permitia o uso do elevador a advogados brancos. Diante disso, o agente policial conduziu o colaborador a uma delegacia de polícia e registrou um boletim de ocorrência com base em possível crime de racismo.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue o item subsequente.

106 A conduta do colaborador terceirizado não configura crime porque o argumento que ele utilizou para impedir o advogado de usar o elevador não caracteriza agressão verbal nem decorreu de proibição expressa por norma institucional.

Durante o expediente no fórum, um agente da polícia judicial atendeu uma senhora de 81 anos de idade que aguardava havia mais de três horas o início de uma audiência. Ela lhe relatou que estava com fortes dores e não recebera atendimento prioritário nem da secretaria nem do juizado. Enquanto ela esperava atendimento dos profissionais de saúde do local, um homem de 28 anos de idade sofreu uma convulsão súbita no saguão, caiu no chão e começou a bater a cabeça. Os profissionais de saúde priorizaram o atendimento emergencial ao homem, tendo sido o atendimento à senhora postergado até que a emergência fosse concluída. O referido agente da polícia judicial comunicou o fato ao supervisor, que ignorou o relato.

Tendo a situação hipotética precedente como referência, julgue o item seguinte.

107 Os profissionais de saúde do local agiram de acordo com a lei, segundo a qual a pessoa idosa com mais de 80 anos de idade tem prioridade especial, devendo ser atendida antes das demais, exceto em caso de emergência médica alheia.

Com base na Lei n.º 5.553/1968, que trata da apresentação e uso de documentos de identificação pessoal, julgue o item que se segue.

108 Na execução penal, o juiz pode determinar a retenção da carteira de identidade ou de outro documento de condenado em regime semiaberto com trabalho externo, como forma de garantir o comparecimento e a fiscalização da execução de medida alternativa.

Considerando que, em cerimônia oficial de caráter federal no STM, estariam presentes o presidente da República, o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, ministros de Estado, embaixadores estrangeiros e o governador do Distrito Federal, julgue os próximos itens.

109 Consoante a ordem de precedência entre autoridades civis e militares, na cerimônia, os embaixadores estrangeiros devem ser posicionados antes dos ministros de Estado, dada a previsão de precedência diplomática.

110 De acordo com as normas do cerimonial público e a ordem de precedência entre autoridades civis e militares, o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República deve ser posicionado, em razão de suas prerrogativas, após os ministros de Estado.

À luz do disposto na Lei n.º 10.826/2003 e suas alterações, julgue os itens que se seguem.

111 A omissão de cautela é punível apenas se resultar em efetivo dano, como o causado por menor com arma de fogo deixada acessível.

112 Por atuarem no Poder Judiciário, os agentes da polícia judicial estão autorizados a portar arma de fogo em serviço e fora dele, ainda que não seja designado para a função de segurança.

No que se refere ao exercício do poder de polícia administrativa no âmbito dos tribunais e às atribuições funcionais dos agentes e inspetores da polícia judicial, julgue os próximos itens.

113 Caso uma discussão entre dois colaboradores terceirizados nas dependências físicas de um tribunal de justiça evolua para a agressão física, o agente da polícia judicial poderá efetuar a prisão em flagrante de ambos e instaurar inquérito policial para a apuração dos fatos.

114 O exercício da atividade de inteligência no âmbito da polícia judicial objetiva identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais aos ativos do Poder Judiciário, para subsidiar decisões de segurança institucional.

Julgue os próximos itens, relativos ao sistema de inteligência de segurança institucional do Poder Judiciário (SinSIPJ).

115 Segundo a Resolução CNJ n.º 383/2021, o grupo de apoio referente ao SinSIPJ no âmbito do STM deve ser obrigatoriamente constituído por servidores indicados pelas presidências do STM e do CNJ.

116 As unidades de inteligência do STM devem obrigatoriamente compartilhar, em nome da integração, todos os documentos produzidos com os demais entes do SinSIPJ.

Julgue os itens subsequentes, que versam sobre Política e Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário, conforme a Resolução CNJ n.º 435/2021.

117 Em um planejamento de segurança institucional, a comissão permanente de segurança deve referendar um plano de proteção a servidores em situação de risco ou ameaçados, mesmo sem a prévia elaboração de parecer pelo setor de inteligência, desde que haja urgência na medida.

118 A atuação dos policiais militares designados para atuarem nos órgãos de segurança do Poder Judiciário abrange qualquer atividade administrativa, desde que haja convênio com os respectivos tribunais.

Com base nas Resoluções CNJ n.º 467/2022 e CNJ n.º 566/2024, julgue os itens a seguir.

119 Será suspenso o porte de arma funcional do policial judicial no gozo de férias, assim como será retirada a anotação de autorização de porte constante da respectiva carteira de identidade funcional, devendo ocorrer o recolhimento imediato, pela unidade de polícia judicial, da arma, munições, acessórios e documentos de porte que estejam sob a posse do referido policial.

120 O porte funcional de arma de fogo, autorizado pela Resolução n.º 566/2024, restringe-se à arma institucional, salvo na hipótese de porte estendido para defesa pessoal, em que se admite o uso de arma do acervo pessoal.

Espaço livre